Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação
46.ensi@capes.gov.br

`

Documento de Área

Ensino

Coordenadora da Área: Tania Cremonini de Araújo-Jorge
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Acadêmicos: Marcelo de Carvalho Borba
Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Profissionais: Hilda Helena Sovierzoski

2016

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área 2

II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017 21

III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016 31

IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional 488

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

a. Fotografia da área

Histórico e escopo: A Área de Ensino integra a Grande Área Multidisciplinar. Foi constituída pela Portaria CAPES nº 83/2011. Ela foi nucleada na antiga Área de Ensino de Ciências e Matemática, da qual guarda as principais referências e experiência de organização e avaliação de Programas de Pós-Graduação (PPG), justificando-se a sua criação dos pontos de vista epistemológico, educacional e social.

Em junho de 2013 uma comissão conjunta das Áreas de Educação e de Ensino trabalhou no sentido de identificar convergências e especificidades, gerando um comunicado conjunto disponível na página da Área (http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/com_conj_edu_ensi.pdf). Este documento aponta perspectivas de cooperação entre as duas Áreas, e define que: "A Educação é uma prática social e um fenômeno cultural específico, objeto de investigação e estudo interdisciplinar no âmbito das Ciências Humanas, caracterizando-se também como um campo de conhecimento próprio, reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente. Esse campo inclui o estudo e a pesquisa das instituições escolares, das atividades educacionais fora da escola, dos sistemas educativos e dos processos sociais e políticos que significam o ato de educar, os saberes educacionais e os sujeitos educativos das mais diferentes formas. Assim, a Educação compreende o ensino, mas o transcende como projeto de formação e, dessa forma, os conteúdos ensinados/aprendidos ganham sentido na interação com as experiências vividas na escola e fora dela. Os Programas da Área de Educação, na Grande Área das Ciências Humanas da CAPES, se organizam em diferentes propostas que englobam uma ou das mais dessas abordagens, constituindo por sua vez linhas de pesquisa específicas, sempre priorizando a produção de conhecimento educacional." Por outro lado, "os Programas da Área de Ensino, focam as pesquisas (expressas em artigos, livros e trabalhos em eventos) e produções (expressas em processos, materiais, tecnologias educacionais e

sociais, propostas educativas, políticas públicas) em *Ensino de determinado conteúdo*, buscando interlocução com as Áreas geradoras dos conhecimentos a serem ensinados. É característica específica – e das mais importantes - da Área de Ensino, o foco na integração entre conteúdo disciplinar e conhecimento pedagógico ou o que se denomina *pedagogias do conteúdo*. Os PPG da Área têm como objeto a mediação do conhecimento em espaços formais e não formais de ensino e, como principal objetivo, o processo de formação de mestres e doutores através da construção de conhecimento científico sobre este processo e sobre fatores de caráter micro e macro estrutural que nele interferem. A Área de Ensino é, portanto, uma Área essencialmente de pesquisa translacional, que busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados em educação e ensino, para sua aplicação em produtos e processos educativos na sociedade." Este conceito foi apropriado a partir do campo da Saúde, que também integra a Área com "Ensino em Saúde", e reflete bem a atualidade da convergência das vertentes de estudos teóricos com os aplicados à interesses da sociedade, implicando o forte compromisso da Área com seus produtos transpostos à Educação em geral. A expectativa é de que com a ampliação da Área de Ensino seja possível impulsionar a evolução dos PPG com metas e desafios que expressem as necessidades nacionais.

"Ensino" envolve todos os níveis e modalidades do ensino formal do país, da creche ao doutorado, nos diversos campos do conhecimento, bem como as modalidades de ensino não formal, como a divulgação científica e artística em centros e museus de ciência e de arte. O ensino formal é aquele praticado com respaldo de conteúdo, forma, certificação e profissionais de ensino, sendo institucionalizado, organizado hierarquicamente, entre outras características. O ensino não formal é praticado por instituições diversas, podendo incluir a escola. Busca promover a cultura, saúde, ciência, sendo sua apresentação organizada de forma intencional e planejada. Costuma estar relacionado a processos de desenvolvimento de consciência política e relações sociais de poder entre os cidadãos, praticadas por movimentos populares, associações da sociedade civil, sendo também muitas vezes ancorado em instituições de ensino e pesquisa. Ambos diferem do ensino informal, que está relacionado ao processo de socialização humana que ocorre durante toda a vida através dos diferentes modos de comunicação. Os limites entre essas três categorias de ensino não são extremamente rígidos, são permeáveis, pois aprender é inevitável, e as pessoas estão constantemente aprendendo, e por diferentes vias e agentes. Além da atuação em pesquisa, ensino e extensão, os PPG da Área realizam desenvolvimento tecnológico por meio da concepção, elaboração, teste e avaliação de

materiais didáticos, divulgação científica e assessorias diversas a órgãos públicos, agências e programas educacionais.

Dimensão da Área de Ensino: Em novembro de 2016 a Área de Ensino totalizava 148 Programas, presente em todas as regiões do país (Figuras 1, 2 e 3). A segunda mais densa Área da Grande Área Multidisciplinar, e a maior em percentual de cursos de Mestrado Profissional (51%). Em dezembro de 2016 dez novos mestrados foram recomentados pela CAPES (2 acadêmicos e 8 profissionais), que ainda não integram a presente análise, mas que expandem a Área para 158 PPG.

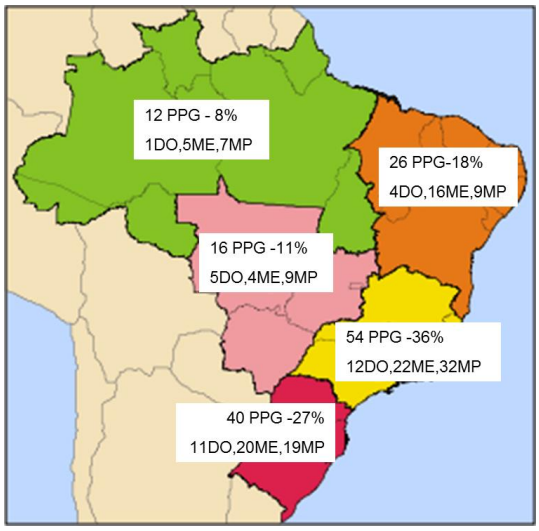

Figura 1: Número de Programas de Pós-Graduação (PPG) da Área de Ensino em cada região do país, com seu percentual relativo e o número de cursos de Doutorado (DO), Mestrado Acadêmico (ME) e Mestrado Profissional (MP)

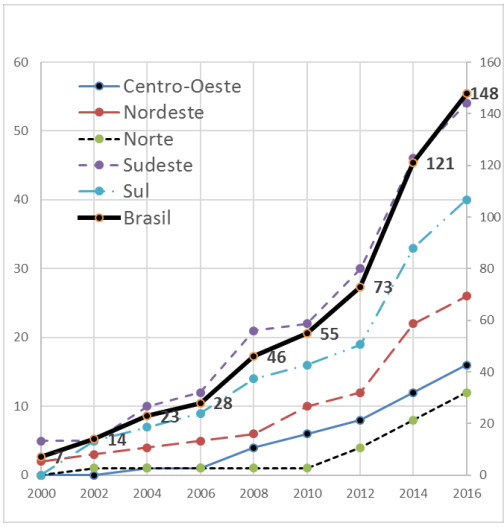

Figura 2: Número de Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino de 2000 a 2016 (eixo x), nas diferentes regiões do país (eixo Y a esquerda) e total (eixo Y a direita). A curva que totaliza os dados do país está em negrito e com os quantitativos de PPG assinalados.

Esse crescimento confirma a tendência geral de concentração da Pós-Graduação brasileira nas regiões sul e sudeste (54 PPG, 36 % no sudeste, 40 PPG, 27 % no sul), mas também com um crescimento sustentado e acelerado nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste: 26 PPG no Nordeste (18%), 16 no Centro Oeste (11%) e 12 no Norte (8%). Nos PPG da Área de Ensino atuam mais de 2.000 docentes, dos quais quase duas centenas são bolsistas de produtividade do CNPq em diversas Áreas de conhecimento (177 em 2014). Esses docentes formam anualmente mais de 1.500 egressos/ano. De 2000

a 2015, a Área titulou mais de 8 mil mestres e mais de mil doutores, com suas respectivas produções acadêmicas e técnicas/educacionais. A Área recebe e avalia em média 30 propostas de novos cursos por ano, já passou por quatro avaliações, e se prepara para a avaliação quadrienal com 95 programas nota 3 (64%), 35 programas nota 4 (24%), 14 programas nota 5 (9%), e 4 programas nota 6 (3%).

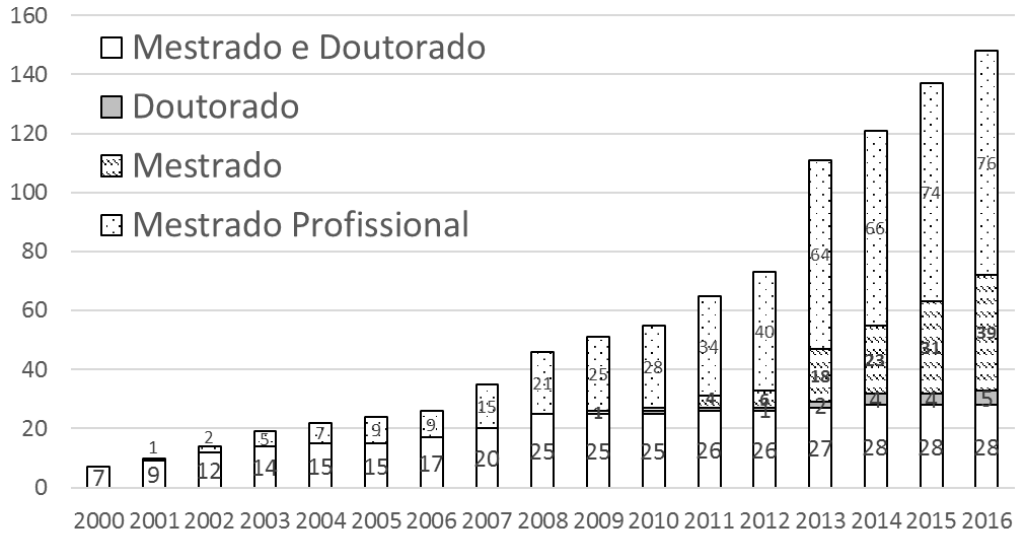

Figura 3: Crescimento dos Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino de 2000 a 2016 com as modalidades de Mestrado & Doutorado, Doutorado isolado, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional. Os padrões nas colunas correspondem às modalidades na legenda. Os números correspondem ao número acumulado de PPG de cada modalidade a cada ano.

O crescimento em todos os cursos pode ser visto nas Figuras 2 e 3. A evolução do crescimento da Área foi constante desde os 7 PPG iniciais da Área de Ensino de Ciências e Matemática até os atuais no escopo ampliado para Ensino. São 33 cursos de Doutorado (5 isolados e 28 articulados com Mestrados Acadêmicos), 39 cursos de Mestrado Acadêmico, e 76 cursos de Mestrado Profissional.

Os cursos de Mestrado Profissional são maioria na Área (51%), e a grande demanda por cursos dessa modalidade se reflete no aumento contínuo do seu número nos últimos seis anos. De modo geral eles se destinam aos profissionais da Educação Básica, e geram produtos educacionais disponibilizados nos sites dos PPG para uso em escolas públicas do país, além das dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico destas

experiências. Além do ensino de Ciências e Matemática, o campo da Saúde também conta com o expressivo número de 14 mestrados profissionais.

No que se refere ao escopo geral, os PPG em Ensino são, em sua maioria, vinculados às áreas de conhecimento em Ensino de Ciências e em Educação Matemática, como mostrado na Tabela 1. Juntas elas concentram 92 PPG (62% da Área). O campo da Saúde já aglutina 23 PPG. Chamamos de "multidisciplinar" os programas cujos títulos envolvem disciplinas do campo das ciências humanas associadas ou não às ciências da natureza e à tecnologias diversas.

Tabela 1: Escopo geral dos Programas de Pós-Graduação em Ensino nas regiões brasileiras

	BRASIL	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
Ciências e Matemática	43	5	11	4	10	13
Ciências (incluindo Física e Química)	35	6	4	2	17	6
Educação Matemática	14	1	1	1	7	4
Saúde	23	2	5	3	8	5
Multidisciplinar	33	2	5	2	14	10
Total	148	16	26	12	54	40
%		11	18	8	36	28

No que se refere à dependência administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES), a distribuição dos PPG da Área, indica um forte engajamento das instituições federais e estaduais no processo de formação de mestres e doutores em Ensino. Dos 148 programas, apenas 26 estão vinculados a IES particulares ou confessionais (Tabela 2). Predominam os PPG em instituições federais. Há também uma tendência à regionalização com crescimento de PPG em IES públicas vinculadas aos governos Estaduais e municipais (Tabela 1). Diferente da tendência observada em outras Áreas, o crescimento dos PPG em IES particulares é pouco considerável.

Tabela 2: Status jurídico dos Programas de Pós-Graduação da Área de Ensino

Status jurídico	**Programas Acadêmicos**	**Programas Profissionais**	**Total**	**%**
MUNICIPAL	0	1	1	1
ESTADUAL	21	15	36	24
FEDERAL	40	45	85	57
PARTICULAR	11	15	26	18
TOTAL	72	76	148	100

Ao todo, a Área tem programas em 78 municípios brasileiros, estando assim relativamente bem capilarizada pelo território nacional. Os 4 estados da região Sudeste possuem seus 56 PPG distribuídos em 27 municípios, sendo 10 municípios em São Paulo (Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto e São Paulo), 8 municípios do Rio de Janeiro (D. Caxias, Nilópolis, Niterói, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Seropédica, Vassouras e Volta Redonda), 6 municípios de Minas Gerais (B. Horizonte, Itajubá, Juiz de Fora, Ouro Preto, Uberaba e Uberlândia), e 3 municípios no Espírito Santo (Alegre, São Mateus e Vitória). Os 38 PPG da região Sul estão distribuídos em 23 municípios de 3 estados: em 11 municípios do Rio Grande do Sul (Bagé, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Santo Ângelo), 9 do Paraná (Cornélio Procópio, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa) e 3 em Santa Catarina (Blumenau, Florianópolis e Joinville). Os 26 PPG da região Nordeste estão mais dispersos: o estado da Bahia tem 6 PPG, em 6 municípios (Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Salvador e Vitória da Conquista), Pernambuco tem PPG em Recife e Caruaru, Rio Grande do Norte tem PPG em Natal, Mossoró e Pau dos Ferros, e 5 estados só têm PPG em uma cidade: Fortaleza (CE), Campina Grande (PB), Aracaju (SE), Maceió (AL), São Luís (MA). Piauí ainda não tem nenhum PPG da Área de Ensino. Na região Centro-Oeste, os 16 PPG se distribuem em 3 municípios de Goiás (Anápolis, Goiânia e Jataí), 2 municípios em Mato Grosso (Cuiabá e Barra do Bugres), e em Mato Grosso do Sul (Campo Grande e Dourados), e no DF (Brasília). Na região Norte, Rondônia e Amapá ainda não tem nenhum PPG em Ensino, e os 12 PPG da região se concentram no Pará (5 em Belém), Amazonas (4 em Manaus), Boa Vista (RR) e Palmas (TO). Dentre os dez novos programas de mestrado aprovados em dezembro de 2016, destacam-se dois na região norte, em Belém (PA) e em Porto Velho (RO). Também foram acrescidos três novos municípios que interiorizaram programas, um em São Caetano do Sul (SP), um em Ponte Nova (MG) e outro em Porto Seguro (BA). Os demais se encontram em municípios que já tinham PPG da Área.

O entendimento do processo de expansão da Área de Ensino se enriquece com o registro preciso de sua criação e evolução. A configuração dos campos internacionais de Ensino de/em Ciências e de Educação Matemática remonta à década de 1960, e gerou os principais referenciais da Área, em paralelo ao surgimento de sociedades científicas específicas e de seções sobre ensino nas sociedades disciplinares já consolidadas como

Física e Química. O documento de Área 2007-2009 e o relatório da avaliação Trienal 2010 registram esse histórico. A Área Multidisciplinar da CAPES foi criada em 1999 e, em 2008, foi renomeada como Interdisciplinar (Área 45), mesmo ano da criação das Áreas de Materiais (Área 47) e de Biotecnologia (Área 48). Nesse contexto, a Área de Ensino de Ciências e Matemática (Área 46), que havia sido criada em 2000, foi reunida a elas com a criação da nova Grande Área Multidisciplinar. Em 2010, novas propostas que contemplavam "Ensino em Saúde" foram remetidas pela Grande Área de Saúde à Área de Ensino de Ciências e Matemática, já antecipando a necessidade de ampliação desse escopo. No ano de 2011, a criação da Área de Ensino se deu no contexto de reconfiguração de outras novas Áreas de Avaliação: Biodiversidade, na Grande Área de Ciências Biológicas e Nutrição, na Grande Área de Saúde.

É interessante notar que 6 dos 7 programas fundadores da Área em 2000 já estavam em atuação, na Área de Educação, e em modalidades acadêmicas, desde a década de 70. Desde então, tanto programas acadêmicos quanto profissionais co-existem na Área de Ensino. A partir desta trajetória ressalta-se que a Área completou a quarta década de experiência, respaldada não somente pela larga história e maturidade destes PPG, mas também pelo conjunto de novos cursos, os quais respondem pela sua juventude e capacidade de transição e ampliação de escopo. Atualmente a Área tem programas muito diversificados, que vão desde Ensino de "Ciências", "Física", "Matemática", "Biociências" ou "Ciências da Terra", à "Tecnologia e Educação", "Ciências e Saúde", "Ciências na Amazônia", "Educação Básica", "História e Filosofia", "Saúde na Amazônia", "Saúde e Meio Ambiente", "Diversidade e Inclusão", "Formação Docente Interdisciplinar", entre outros. Destaca-se que História, Filosofia e Saúde são componentes interdisciplinares que estão presentes desde o nascimento da Área.

Pela concepção de que a produção de conhecimento aplicado é um diferencial da Área de Ensino, os PPG têm buscado maneiras de aperfeiçoar o registro, a avaliação e a valorização das atividades de desenvolvimento de produtos e tecnologias educacionais e sociais, na modalidade de Produção Educacional (Técnica), diferenciando-a da Produção Bibliográfica (artigos, livros e trabalhos completos em Anais de Eventos), dois itens diferentes no mesmo quesito de Produção Intelectual, analisado na avaliação comparativa dos programas. Assim, além da produção bibliográfica comum a todas as áreas do conhecimento, são valorizados na Área o desenvolvimento de materiais e processos educacionais, cursos de curta duração e atividades de extensão relacionadas às práticas docentes.

Em síntese, podemos dizer que, reconfigurada e ampliada, a Área de Ensino cresce, vem apresentando grande fôlego e uma capacidade de resposta às demandas e desafios de qualificação de profissionais de ensino superior no Brasil.

b. Estado da Arte

É relevante analisar o crescimento e as perspectivas da Área de Ensino tendo como pano de fundo a situação da Educação Básica e da Saúde no país, bem como os desafios para formação continuada de docentes universitários, e de professores na educação básica, técnica e superior, e educadores em geral. Por isso o cenário de análise envolve os dados referentes aos desafios da formação de professores na pós-graduação (Tabela 3), e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Outros documentos relevantes são o relatório final da 2ª Conferência Nacional de Educação e da 15ª Conferência Nacional de Saúde, que também especificam estratégias para o alcance das metas do PNE. Nesse contexto, cabe destacar os debates em curso no país acerca da Base Nacional Comum Curricular de Educação Básica, da proposta de Reforma do Ensino Médio e do ambiente de restrições orçamentárias do país, que deverão afetar intensamente o cenário educacional, bem como as respostas engendradas em escolas e universidades, que tendem a manter esse debate em pauta constante nos próximos anos. Assim, as metas e desafios do PNE e do PNPG devem ser amplamente rediscutidos para que possam se viabilizar.

Tabela 3: Indicadores brasileiros e regionais de desenvolvimento e de ensino

	Brasil	**SE**	**S**	**NE**	**N**	**CO**
Número total de professores da Educação Básica (EB)*	2.187.154	875.722	336.019	621.895	193.703	160.606
Número total de alunos -2015 (matrículas ativas na EB)*	48.796.512	19.236.902	6.437.510	14.405.392	5.071.784	3.644.924
Porcentagem de alunos	100%	39%	13%	30%	10%	7%
Número de professores da EB sem formação específica* META 15- PNE: licenciatura para 100% desses educadores	516.331	146.333	59.749	229.870	59.465	20.959
Número de professores da EB apenas com graduação*	1.670.823	729.389	276.270	392.025	134.238	139.647
META 16 do PNE: Formar em pós-graduação pelo menos	**835.412**	**364.695**	**138.135**	**196.013**	**67.119**	**69.824**

50% de professores da EB** (metade da linha acima)						
Número de professores da EB com mestrado*	43.211	17.900	10.651	8.958	2.201	3.541
Número de professores da EB com doutorado*	6.826	3.209	1.484	1.309	353	475
Número de professores da EB com PG lato ou stricto sensu*	731.996	277.711	174.460	175.621	41.089	63.541
Porcentagem de professores da EB com PG lato ou stricto sensu	33%	32%	52%	28%	21%	40%
Porcentagem de professores da EB com mestrado	2%	2%	3%	1%	1%	2%
Porcentagem de professores da EB com doutorado	0,3%	0,4%	0,4%	0,2%	0,2%	0,3%
Número de Programas de PG no Brasil ***	4.259	1.914	904	861	233	347
Numero de Programas da Área de Ensino* **	**148**	**56**	**38**	**26**	**12**	**16**
Porcentagem de Programas de Ensino no SNPG	3%	3%	4%	3%	5%	5%
Porcentagem de PPG de Ensino nas diversas regiões	100%	38%	26%	18%	8%	11%
Porcentagem da população total #	100%	42%	14%	28%	8%	7%
Porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) ##	100%	55,3%	16,5%	13,6%	5,5%	9,1%

Fontes: *Sinopse Estatística da Educação Básica - INEP (http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse)
** Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); *** CAPES-MEC/Plataforma Sucupira, # IBGE- Censo de 2010
IBGE- PIB 2013 (www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm)

Para a avaliação inicial e continuada dos PPG, cabe analisar a taxa de crescimento regional da Área de Ensino e também elaborar perspectivas. Como se percebe nas Figuras 2 e 3, esse crescimento não é uniforme, e vem se dando linearmente nas regiões Norte e Centro Oeste, e exponencialmente nas regiões nordeste, sul e sudeste, persistindo uma grande assimetria regional.

As reestruturações de Áreas da CAPES, ainda que com forte componente operacional para tornar mais ágil a avaliação de propostas de novos cursos, buscaram reconfigurar essa agência no mesmo contexto em que ela liderou a discussão sobre o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-2011-2020). Os cinco eixos do PNPG visam a: 1- Expandir o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); 2- Criar uma agenda nacional de pesquisa;

3- Aperfeiçoar a avaliação; 4- Incentivar a Interdisciplinaridade e 5- Apoiar outros níveis de ensino a partir do Ensino de Pós-Graduação. Esses eixos do PNPG estão alinhados com as propostas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Particularmente os eixos 4 e 5, sobre interdisciplinaridade e apoio aos outros níveis de ensino, e o eixo 3, sobre aperfeiçoamento da avaliação num contexto interdisciplinar, são desafios para todas as Áreas da CAPES.

A investigação na Área de Ensino se refere muito a esses processos de transformação do ensino no país. O texto do PNE prevê formas de a sociedade acompanhar cada uma das metas previstas, que por sua vez seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Suas metas e estratégias envolvem iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. A Área de Ensino toma essa diversidade como seu objeto de investigação. Além disso, no PNE há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. A Área de Ensino também toma essas temáticas como objetos de investigação. A universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas ao longo do PNE, bem como o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do país — estudantes, professores, gestores e demais profissionais —, estímulo e expansão do estágio. Todas essas metas estão diretamente ligadas às contribuições que a pesquisa acadêmica em Ensino e o aperfeiçoamento de métodos e processos em Mestrados Profissionais em Ensino podem vir a dar ao país. Particularmente relevante é a constituição de um sistema de formação continuada de professores da educação básica e da educação superior, que qualifique continuamente os profissionais do magistério para atuar numa sociedade de informação e conhecimento em vertiginosa transformação, crescimento e ampla desigualdade.

O PNE estabelece ainda estratégias para alcançar a universalização do ensino de 4 a 17 anos, prevista na Emenda Constitucional nº 59 de 2009, e confere força de lei às aferições do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) — criado em 2007, no âmbito do PDE — para escolas, municípios, estados e país, com a meta de chegar a 6 (em uma escala até 10) em 2021. Outra norma prevista no PNE é o confronto dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com a média dos

resultados em matemática, leitura e ciências, obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). O PNE dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino e à diversificação de conteúdos curriculares e prevê a correção de fluxo e o combate à defasagem idade-série. São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população. Todos estes desafios do país também constituem objetos de investigação nos PPG da Área de Ensino. Portanto, é nesse contexto de construção de um Projeto Nacional de Educação que se insere o processo de consolidação da Área de Ensino da CAPES.

Cresce cada vez mais a percepção de que a Educação Superior, em nível de graduação, não tem acompanhado a rápida evolução do conhecimento e tem encontrado sérias dificuldades para atender, de maneira satisfatória, a crescente população de ingressantes oriundos da Educação Básica. Por outro lado, e por diversas razões, o contingente de professores da Educação Básica é sabidamente deficitário em termos quantitativos e qualitativos. Assim, um paradoxo tem se materializado nas instituições de ensino superior: o vigoroso crescimento – quantitativo e qualitativo – da produção científica, tida como valor prioritário pela academia nas últimas décadas, acaba por induzir a supervalorização das áreas de conhecimentos específicos, inclusive Educação, e por relegar para segundo plano o foco de integração de conteúdos específicos e pedagógicos. É certo que este fenômeno não é atípico, ocorrendo no Brasil e no exterior. Mas o sistema de Educação Superior Brasileiro possui outra singularidade: o de se encontrar em processo de expansão acelerada de oferta de oportunidades de acesso, a beneficiários carentes de formação básica adequada. Administrar esse paradoxo é um desafio para a educação superior brasileira, que não está suficientemente preparada para as grandes dificuldades encontradas por esse novo contingente de ingressantes. O desafio é ainda maior dado o atual momento histórico, marcado por rápidas mudanças nos campos tecnológico, econômico, psico social e outros.

O espaço dos Mestrados Profissionais na Área decorre de considerações semelhantes que podem ser feitas no que tange à formação profissional, de modo geral. Compreender a natureza dessas dificuldades e propor alternativas para superá-las se tornam objetivos de investigação da Área, bem como o estudo da apropriação social (e pessoal) do conhecimento. Seus projetos são fundamentais para um ensino sintonizado com as expectativas da sociedade contemporânea. Nesse contexto, a modalidade de

Mestrado Profissional destinada a professores em serviço, foi rápida e fortemente encampada pela Área (Figuras 2 e 3). O número de egressos dessa modalidade na Área de Ensino é importante, tendo titulado 3.631 profissionais até 2015 (Tabela 4). No triênio 2004-2006 os Mestrados Profissionais da Área geraram 163 egressos, e nos dois triênios sucessivos o número de egressos cresceu mais que 3 vezes.

Tabela 4. Egressos - Mestres e Doutores titulados na Área de Ensino (2000-2015)

Período avaliado	MP	ME	DO	Total
2000-2003	0	327	0	327
2004-2006	163	750	39	952
2007-2009	702	1.053	142	1.897
2010-2012	1.162	1.185	266	2.613
2013-2015	1.604	1.667	615	3.886
2000 a 2015	**3.631**	**4.982**		
Total	**8.613**		**1.062**	**9.675**

Materiais Educacionais (produção técnica): uma característica relevante na Área de Ensino.

A avaliação de 2013 evidenciou grande produção de materiais educacionais, como descrito no relatório da trienal, mas ela não foi estratificada qualitativamente. A produção de materiais educacionais é dirigida a determinados públicos, envolvendo processos de formação em ambientes de ensino formal ou não formal. Considerando a obrigatoriedade para os mestrados profissionais de gerarem tais produtos, e a necessidade de avanços no quesito da avaliação, a Área travou vários debates nos últimos 10 anos, em diversos grupos de trabalhos. A discussão acumulada gerou encaminhamentos que nortearão a qualificação desses produtos na avaliação quadrienal em 2017, que serão discutidos, revistos e ajustados para a quadrienal de 2021. Com 76 mestrados profissionais, a avaliação quadrienal 2017 deverá evidenciar a produção educacional de mais de 3600 egressos dos MP da Área, e inaugurar a utilização do ***Qualis-Educacional/Técnico***, experimental na Área, e que poderá ser uma contribuição relevante para o conjunto do sistema nacional de PG, se tiver êxito como instrumento de avaliação da produção técnica educacional. Para os detalhes de classificação dos produtos educacionais, sugere-se a leitura do documento disponibilizado na página da

Área. Mas para compreensão geral da relevância do tema, introduz-se aqui seus conceitos gerais.

Para essa classificação foram elencados ***quatro parâmetros*** a serem avaliados: (1) ***Validação Obrigatória*** do produto por comitês ad hoc, órgão de fomento ou banca de dissertação, (2) ***Registro do Produto***, que expressa sua vinculação a um sistema de informações em âmbito nacional ou internacional, como por exemplo, ISBN, ISSN, ANCINE, Registro de Domínio, Certificado de Registro Autoral, Registro ou Averbação na Biblioteca Nacional, além de registros de patentes e marcas submetidos ao INPI, (3) ***Utilização nos sistemas*** de educação, saúde, cultura ou CT&I, que expressa o demandante ou o público alvo dos produtos, e (4) ***Acesso livre*** (on line) em redes fechadas ou abertas, nacionais ou internacionais, especialmente em repositórios vinculados a Instituições Nacionais, Internacionais, Universidades, ou domínios do governo na esfera local, regional, ou federal. Exemplos de repositórios são: Portal do Professor, Banco Internacional de Objetos Educacionais, Vérsila Biblioteca Digital, Arca (Fiocruz), RIVED, LabVirt (USP), Multimeios, Escola Digital, Biblioteca Digital de Ciências (Unicamp), ChemCollective (USA), ITSON (Mexico), JORUM (UK), entre outros. Esses quatro parâmetros nortearão a estratificação dos materiais registrados na plataforma em cinco estratos (Edu 1 a Edu 5), com atribuição de 15 a 100 pontos por produto avaliado, segundo seu enquadramento e estratificação. Serão avaliados somente os produtos educacionais que possuam uma *url* própria, de acordo com a política de visibilidade prevista para as dissertações, teses e produtos educacionais. Os produtos deverão ser registrados preferencialmente em formato digital (pdf ou outro) e estar com link disponível no sitio internet da instituição, e usar a tipologia com as seguintes ***categorias***: *mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos*. Todos os demais produtos serão contabilizados em relação ao número total, sem pontuação, exceto as seguintes atividades que receberão pontuação fixa: editoria, posfácio, prefácio, editorial, tradução de obras, patentes, organização de eventos, livros paradidáticos ou didáticos e artigos em revistas de divulgação científica.

Subfinanciamento: Os dados da plataforma Sucupira (julho de 2016) indicam que hoje o sistema de Mestrados dirigidos a professores/profissionais da Educação Básica é composto por cerca de 6.400 vagas anuais nos cursos de mestrado profissional e

acadêmicos das áreas de Ensino e Educação (73 mestrados profissionais em Ensino, 43 em Educação, 73 mestrados acadêmicos em Ensino e 129 em Educação). Além disso existem mais 3.900 vagas oferecidas pelos Mestrados Profissionais em Rede Nacional em operação (Prof Mat, Prof Fis, Prof Letras, Prof História e Prof Artes), e mais 1.160 potenciais vagas a serem oferecidas pelos demais MP em Rede Nacional já recomendados pela CAPES (Prof Quim, Prof Ed. Física, Prof Filosofia, Prof Sociologia). É portanto um sistema que pode vir a ter 12 a 13 mil vagas anuais, postergando para depois de 2040 o cumprimento da meta 16 do Plano Nacional de Educação (formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o ano de 2024, cerca de 835.412 professores, como mostra a Tabela 3).

Apesar da Área de Ensino ter sido criada com a perspectiva explícita de instalação de Mestrados Profissioniais com bolsas para professores da Educação Básica, assim como os mestrados profissionais em rede nacional que surgiram 10 anos depois, a análise dos dados da plataforma Sucupira de 2013 e 2014 (Tabela 5), confirma que mais de 2 mil mestrandos matriculados nos Programas de Mestrado Profissional da Área de Ensino não recebiam bolsa, correspondentes a 94,2% das matrículas nessa modalidade. Isso contrasta com os Mestrados Profissionais em rede nacional, cujos discentes são também professores e recebem bolsas da CAPES.

Tabela 5: Alunos bolsistas e não bolsistas na Área de Ensino*

Condição em 2013 e 2014- programas da Área de Ensino, plataforma Sucupira	Mestrados Profissionais	Mestrados Acadêmicos	Doutorados
Número de alunos concluintes SEM bolsa	374	357	120
Número de alunos concluintes com bolsa	52	178	41
Número de alunos matriculados SEM bolsa	2.063	984	819
Número de alunos matriculados com bolsa	126	688	332
Total de alunos matriculados	2.189	1.672	1.151
Percentual de alunos matriculados com bolsa	5,8%	41,1%	28,8%

* Dados analisados durante o Seminário de Acompanhamento da Área em 2015

Esse percentual se repete entre os concluintes do Mestrado Profissional, com 87,8% dos titulados sem bolsa. No caso dos alunos de mestrados acadêmicos e de doutorados, a distribuição entre bolsistas e não bolsistas é menos grave, mas também confirma o predomínio de pós-graduandos sem bolsa. Podemos considerar que cerca de 90%

destes mestrandos são professores da Educação Básica, em serviço, estimativa confirmada por dados coletados em 2013 pela coordenação de Área.

Por outro lado, a Portaria Capes 289/2011 trouxe grande alento à Área naquele ano, mas até hoje não foi implementada para os mestrandos profissionais na Área de Ensino que são professores da Educação Básica, desafio então permanente para a Área. O fato de 81% das vagas na Área de Ensino (> 3000/ano) serem oferecidas por IES públicas (Tabela 2) é um dos fortes argumentos para a oferta de bolsas. Sem contrapartida da CAPES e legalmente obrigadas a oferecer ensino público e gratuito, essas IES encontram-se sem o necessário fomento à suas atividades nos MP da Área de Ensino. Se considerarmos os alunos matriculados e os titulados, em 2013-2014 quase 4 mil professores foram mestrandos sem bolsa na Área, ou mais de 3600 professores da Educação Básica, em contraste com o previsto na Portaria 289/2011. Ademais, Universidades e Fundações de Apoio que anteriormente aportavam bolsas para professores em MP da Área pararam de fazê-lo, o que explica o diminuto percentual de 5% de mestrandos com bolsas nos MP da Área (126 em 2.189, nos anos de 2013 e 2014). Um desafio permanente para a Área é a manutenção do crescimento dos MP em tais condições. Busca-se, evitar um retrocesso pois a Área de Ensino abriu em 2001 seu primeiro MP com a concessão de bolsas, que inclusive poderiam ser partilhadas por 2 ou 3 alunos. O fato da Área ter o maior percentual de programas profissionais dentre todas as áreas da CAPES, contribui para o desenvolvimento de critérios e métricas específicos para essa modalidade. A coordenação da Área trabalha no sentido de evitar fechamento de cursos e de superar os problemas do subfinanciamento, sempre pautados nos encontros e seminários da Área.

Este atual cenário exige o enfrentamento de debates sobre estratégias e mecanismos de qualificação de professores em larga escala, com alta qualidade, para incrementar o poder transformador da educação sobre a realidade do país. Não adianta mais do mesmo, é preciso inovar no Ensino. A articulação dos esforços de implantação dos MP nas Áreas de Ensino e de Educação que juntos ofertam mais de mil vagas anuais, e dos Mestrados Profissionais em Rede Nacional criados por indução da CAPES para aprimorar a qualificação dos professores em exercício nas redes públicas de ensino fundamental e médio, se constitui em amplo campo de estudo de egressos. É papel dos PPG da Área promover e participar desse debate e das avaliações e inovações que necessariamente estão por ocorrer, buscando sintonias para ação e melhorias no ensino do país.

c. Propostas/posição da área: INTERDISCIPLINARIDADE

A Área de Ensino é, por definição, interdisciplinar. Nas abordagens e propostas multidisciplinares há justaposição de disciplinas diversas, sem relação aparente entre si; nas pluridisciplinares se justapõem disciplinas mais ou menos afins nos diferentes domínios do conhecimento, com redução da fragmentação disciplinar. Nas propostas interdisciplinares trabalha-se com nova concepção de divisão do saber, fortalecendo a interdependência entre as disciplinas, sua interação, comunicação de modo a buscar a integração do conhecimento num todo significativo e em sintonia. Nas propostas transdisciplinares se busca coordenação de todas as disciplinas num sistema lógico, mas não hierárquico de conhecimentos, com trânsito fluido entre os diferentes campos do saber, e entre saberes acadêmicos e populares.

A Área tem desenvolvido seu projeto para a Pós-graduação com uma postura interdisciplinar, valorizando: (i) Composições de corpo docente com formação em diferentes áreas de conhecimento, que se proponham a pensar as questões do ensino e que mostrem experiência na pesquisa educacional; (ii) Propostas curriculares de PPG que privilegiem a integração entre campos disciplinares na formação do pós-graduando e aspectos do ensino/elementos pedagógicos; (iii) Ampliação das pesquisas que lidem com os processos educativos de forma interdisciplinar.

Além disso, a interdisciplinaridade é, em si, objeto de investigação na Área, tanto na compreensão a respeito da interdisciplinaridade como prática educativa, como no seu entendimento no âmbito escolar. A escola tradicional é fortemente multidisciplinar e fragmentada. A estrutura disciplinar foi resultado de um modelo de Educação com vistas à profissionalização especializada. Uma das justificativas para favorecer as ciências disciplinares encontra-se justamente na formação de especialistas para exercer as funções do ensino: licenciados em física para ensinar física, licenciados em geografia para ensinar geografia, etc. O ensino ficou cada vez mais confinado à soma de múltiplas especialidades, disciplinar, poli e multidisciplinar, mas pouco interdisciplinar. Na prática da sala de aula, os professores têm dificuldade de estabelecer ambientes de ensino e aprendizagem interdisciplinares, mesmo que a matriz curricular e as práticas de ensino estejam abertas para que essas práticas aconteçam de fato.

Por se constituírem em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, sem necessariamente se oporem, os pensamentos disciplinar, pluri, multi, inter e transdisciplinar, desafiam, do ponto de vista epistemológico, a identificação de características de atuação de cada uma dessas modalidades nas diferentes Áreas, assim como as suas possibilidades e limites. A inter- e a transdisciplinaridade no ensino são requisitos para o sucesso de propostas formativas contemporâneas, no contexto de transição de paradigmas pela qual o mundo passa na atualidade. O que se considera um paradigma pós-moderno, que supera gradativamente o estabelecido pela Ciência Moderna, é o questionamento e a crítica à teorias, conceitos, modelos e soluções anteriormente considerados suficientes na resolução de problemas científicos e sociais. Pensar, ensinar e aprender no contexto da complexidade é um desafio e uma motivação para pensar o princípio da fragmentação como uma redução mutilante do pensamento.

A aceitação de tais argumentos remete à interdisciplinaridade no ensino como uma prática possível de ser implementada e um caminho metodológico que dão origem a um diálogo entre saberes, ressaltando o caráter de integrar conhecimentos que se justificam em separado. Com o desenvolvimento científico e as decorrências tecnológicas, o mundo vivido vai se tornando mais complexo, multifacetado, multicultural. Os problemas complexos e suas resoluções definem uma nova tradição de pesquisa em um novo tempo, de integração global, de sociedade em rede, com identidades científicas abrangentes, reconstruções nas delimitações dos campos de saberes. A interdisciplinaridade tem papel estratégico no sentido de estabelecer a relação entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, entre ciência e arte, apresentando-se, assim, como um conhecimento que responde aos desafios do saber complexo. A interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas entre duas ou mais áreas do conhecimento convergentes, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Pressupõe a geração de novos conhecimentos e novas disciplinas, para formar um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

A interdisciplinaridade no ensino pode ser percebida com diferentes significados: (a) trabalho de formulação de currículos interdisciplinares, (b) abordagem na resolução de problemas para os quais são mobilizados de modo integrado os conteúdos das

diferentes disciplinas, para outros, (c) movimento articulador no processo ensino-aprendizagem, ou ainda (d) um momento específico no amplo ato de ensinar e aprender, uma interdisciplinaridade educativa, englobando a interdisciplinaridade escolar formal e em ambientes alternativos, necessariamente passando pela formação de professores, seja a inicial ou a de qualificação em serviço. Seja qual for o significado atribuído a interdisciplinaridade, no Ensino esse é um tema necessariamente presente e indispensável.

Estratégias temáticas para articular interdisciplinaridade dos PPG da Área de Ensino

Em novembro de 2011 foi debatida a necessidade de estruturação da então "nova" Área de Ensino, que ampliava seu escopo para além do Ensino de Ciências e Matemática. Para guardar as bases epistemológicas, conceituais e metodológicas dos campos componentes da Área de Ensino, foram desenhadas quatro possíveis subáreas temáticas: 1- Ciências e Matemática, 2- Saúde, 3- Engenharia e Tecnologias e 4- Humanidades, Linguagens e Ciências Sociais. A partir de exemplos que existem em outras Áreas que trabalham na perspectiva multidisciplinar, a possibilidade de organização de Câmaras Temáticas foi apontada como alternativa para estruturar e operacionalizar a diversidade de Programas. Desde então, adotou-se a formação de Grupos de Trabalho (GT) e Fóruns para discussões segmentadas, com todos os PPG podendo contribuir em todos os GT. Essa estratégia visa identificar as sinergias da Área e ampliar a inserção do conhecimento gerado no Sistema Educacional Brasileiro, de modo a acrescentar para o alcance das metas do PNPG e do PNE. O GT Saúde permanece muito ativo e com cooperações já identificadas. O Fórum de Programas do estado do Rio de Janeiro também tem sido bastante ativo. Um GT foi formado para elaborar a contribuição da Área ao debate da Base Nacional Curricular Comum, em 2015-2016. Diversos programas identificados mais recentemente apenas como "Ensino", ou como "Ensino na Educação Básica", trabalham com áreas de concentração claramente multi e interdisciplinares. Como não foi ainda operacionalizada a subdivisão prevista em 2011, para efeito de análise dos campos de conhecimento os PPG foram distribuídos como apresentado na Tabela 1, com identificação dos programas específicos de Educação Matemática, de Saúde e com a fusão dos temas 3 e 4 como "multidisciplinares".

d. Propostas/posição da área: INSERÇÃO/ INCIDÊNCIA no ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Área de Ensino tem, por definição, um enorme potencial de inserção do produto de sua atividade na Educação Básica, nos ensinos fundamental e médio, pois é sobre esse campo que são desenvolvidas suas pesquisas, atividades de ensino, desenvolvimento tecnológico e extensão. Sua maior contribuição para a melhoria do Ensino Fundamental e Médio é a própria formação de mestres e doutores em Ensino, sumarizada na Tabela 4. Além de mais de 3 mil professores qualificados nos Mestrados Profissionais da Área (até 2015), com foco na aplicação do conhecimento, a maioria dos programas acadêmicos também mostra vínculos com a Educação Básica, uma vez que seus docentes e pós-graduandos estão envolvidos em projetos como PIBID, Observatório da Educação e outros de natureza similar. Muitos pós-graduandos são docentes no Ensino Fundamental ou Médio e acabam, naturalmente, integrando equipes e favorecendo a integração entre os PPG com a Educação Básica. Isso facilita ainda a participação de alunos da graduação nos grupos de pesquisa e projetos, fazendo uma ponte natural entre a graduação e a pós-graduação, que incentiva as iniciativas de formação de redes de cooperação entre os Programas da Área, para atividades de pesquisa, ensino e extensão. Além disso, os primeiros estudos de egressos da Área apresentados nos seminários de 2014 e 2015 mostraram que muitos ocuparam os postos abertos em concursos da rede de Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF).

É interessante destacar que dos 148 PPG da Área, 12 são propostas implementadas por Unidades da Rede de IF, em diversos Estados. Essa concentração indica que a Área de Ensino e seus PPG apresentam forte identidade com os objetos de trabalho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que é uma das responsáveis pela expansão e desconcentração da formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio, Educação Profissional e Ensino Superior, com diversos cursos de Licenciatura. Nesse sentido, ainda de modo não sistematizado, percebe-se que muitos egressos da Área de Ensino têm atuado no fortalecimento de licenciaturas em todo o país. Além disso, em 2016 foi aprovado pela CAPES o primeiro Mestrado Profissional em Rede Nacional na Área, o PROFEPT – Educação Profissional e Tecnológica, sediado num IF e composto por 20 polos em diversos IF.

Os dados do PISA 2010-2015, exame internacional realizado nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram que os resultados nacionais em Leitura, Matemática e Ciências têm piorado. Mas o Brasil nunca se saiu bem no PISA, situando-se na parte mais baixa dos países participantes no teste. Para melhorar, o Brasil precisa usar os diagnósticos que o IDEB hoje propicia e intervir nas escolas com

condições insatisfatórias. Os dados, no entanto, mostraram que as escolas públicas federais estão à frente das privadas. Além dos Colégios de Aplicação das Universidades públicas, a rede de IF é a grande responsável por esses resultados, com seus professores da Educação Básica titulados como mestres e doutores, boa parte dos quais egressos da Área de Ensino, com ações efetivas em propostas curriculares com abordagens inovadoras. O recorte do PISA nas escolas federais poderia situar o Brasil em 11º lugar na estratificação dos países. São indicadores importantes de que as pesquisas na Área podem ter impacto na realidade. Não basta continuar formando professores de ciências e de matemática tal como vem sendo atualmente formados. É preciso reinventar as licenciaturas, e para isso a pesquisa em Ensino é essencial.

A Área tem orientado aos PPG que mantenham um acompanhamento dos egressos dos cursos, com o objetivo de detectar sua inserção no sistema educacional público, assim como de seus produtos e de sua produção acadêmica. Relatos de equipes técnicas de Secretarias de Educação têm sido constantes em afirmar, a partir de dados de avaliações de larga escala, a relação entre desempenho dos estudantes e a presença de professores com mestrado na área de Educação e/ou Ensino. De qualquer modo, a formação dos egressos permite livre trânsito em todas as áreas que envolvem a docência ou o "ensino de". Nesse contexto cabe destacar duas propostas debatidas no 2º Seminário de Acompanhamento (i) o compromisso da Área com a Educação Básica, com a proposição de que se estabeleçam metas com a Educação Básica com prazo no mínimo de 10 anos, sem alterações, a fim de se avaliar os resultados alcançados; e (ii) a elaboração de um portfólio de produtos: egressos, dissertações, teses, artigos, produções técnicas e propostas de atividades educativas.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a. Descrição e orientações sobre a avaliação

A avaliação da Pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo disponibilizadas as informações para acesso público na página web da CAPES a cada passo do processo. A base inicial de dados para a avaliação é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Programa; 2. Teses e Dissertações; 3. Produção Bibliográfica; 4. Produção Técnica; 5. Produção Artística; 6. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 7. Disciplinas; 8. Linhas de Pesquisa; 9. Projetos de Pesquisa; 10.

Proposta do Programa; 11. Docente Atuação; 12. Docente Produção. As orientações deste documento consideram as especificidades da Área, algumas delas assinaladas no item anterior; outras, definidas por documentos produzidos para avaliações até então conduzidas. Também incorpora decisões expressas em documentos aprovados pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) sobre regras de avaliação. Os requisitos e critérios preservam diretrizes adotadas em avaliações anteriores.

Em relação aos indicadores de produção acadêmica, são considerados, para fins de avaliação, os parâmetros descritos nos itens específicos deste documento, nas fichas de avaliação comentadas. Para maior clareza na diferenciação de programas acadêmicos e profissionais, os itens constantes nas Tabelas 6a e 6b podem ser comparados. Ela mostra as diferenças no peso relativo de cada quesito e ítens no processo de avaliação de programas acadêmicos e profissionais. A Área de Ensino atribui 25% para o quesito Inserção Social no Mestrado Profissional, e mantém a prática já consolidada na avaliação trienal anterior, que atribui para seus cursos acadêmicos o peso de 15% neste quesito, pela compreensão de que é um item essencial para a Área, maior do que o peso de 10% adotado por muitas Áreas.
O aperfeiçoamento dos PPG da Área de Ensino, assim como a aprovação de novas propostas apresentadas anualmente, requer uma análise criteriosa sobre seus pontos fracos e fortes, seu desempenho e seu estágio de desenvolvimento, assim como sua potencial contribuição para as metas do PNPG e do PNE. A avaliação, além de aferir a qualidade dos Programas, deve ser um instrumento para a sua melhoria e contribuir para o aumento da eficiência dos PPG no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível para o Ensino. A ficha de Avaliação é, portanto, tanto instrumento de avaliação como de balizamento para que os Programas planejem suas ações futuras, orientadas por um perfil de qualidade previamente conhecido.

Tabela 6a: Diferenças centrais entre Programas Acadêmicos e Profissionais

	Programas acadêmicos	Programas Profissionais
	Temas livres de	Comprometida com pesquisa para

Proposta	Pesquisa nos campos epistemológicos e de investigação dos docentes do programa	melhorias objetivas e diretas no Ensino a partir de inovações em práticas e processos educacionais idealizados, testados e/ou implantados
Publico alvo (discentes)	Educadores em geral, em tempo parcial ou integral	Professores em serviço, na Educação Básica ou Superior, em tempo parcial
Oferta de disciplinas	Livre para tempo parcial ou integral	Em tempo parcial, para compatibilizar com a atuação em serviço
Estágio em serviço supervisionado pelo orientador	Opcional	Obrigatório
Produto Educacional	Opcional	Obrigatório
Trabalho de Conclusão	Dissertação (com encartes possíveis, não obrigatórios)	Dissertação com produto educacional obrigatório encartado
Aplicação do Qualis-Educacional em 2017	Não será feita (serão mantidos os critérios de 2013, atribuindo-se 5 ou 10 pontos/material	Será implementada (atribuição de 15 a 100 pontos por produto avaliado)
Quesitos com pesos diferentes	Corpo discente = 35% Produção = 35% Inserção social = 15%	Corpo discente = 30% Produção = 30% Inserção social = 25%

Tabela 6b: Pesos diferenciais entre Programas Acadêmicos e Profissionais quesitos e itens da Avaliação

	Programas acadêmicos	Programas Profissionais

Q1- Proposta	--	--
1.1. Coerência	**60%**	**50%**
& Demandas		**20%**
1.2. Planejamento	**30%**	**20%**
1.3. Infraestrutura	10%	10%
Q2- Peso total do quesito corpo docente	15%	15%
2.1. Perfil	**20%**	**50%**
2.2. Adequação	**35%**	**20%**
2.3. Distribuição	**30%**	**20%**
2.4. Graduação	**15%**	**10%**
Q3- Peso total do quesito corpo discente	**35%**	**30%**
3.1. Número	**30%**	**35%**
3.2. Distribuição	**10%**	
3.3. Qualidade	40%	40%
Aplicabilidade		**25%**
3.4. Eficiência (tempo)	**20%**	
Q4-Peso total do quesito Produção Intelectual	**35%**	**30%**
4.1. Prod. Acadêmica	**50**	**20**
4.2. Distribuição	**30**	**20**
4.3..Prod. Educacional	**20**	**40**
4.4. Produção&Proposta		**20**
Q5-Peso total do quesito Inserção Social	**15%**	**25%**
5.1. Impacto regional	**45%**	**40%**
5.2. Cooperação	**35%**	**20%**
5.3. Visibilidade	20%	20%
5.4. Integração com os serviços/sistemas		**20%**

No processo de avaliação, os Quesitos são desdobrados em itens que também são valorados com pesos diferentes (Tabela 6b), como descrito em detalhes nas Fichas de Avaliação neste documento. Cada componente é classificado como Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R), Fraco (F) e Insuficiente (I), segundo critérios quantitativos ou qualitativos, cujas métricas são estabelecidas comparativamente na análise dos PPG.

A **PROPOSTA** do Programa é objeto de avaliação permanente. São observadas as modificações apontadas pela coordenação tendo como referência de análise a coerência entre foco da proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, disciplinas, corpo docente e perfil do egresso. A interdisciplinaridade é um parâmetro norteador da avaliação dessa coerência. Na proposta também devem ser descritos resultados efetivos de parcerias nacionais e internacionais firmadas no quadriênio, projeções para os anos seguintes, formas de vinculações com a graduação, entre outros itens qualitativos. Descrições sobre espaços físicos e a infraestrutura devem ser sucintas. Nas fichas de avaliação continuada, tanto para Acadêmicos como para Profissionais, a Proposta do Programa não tem peso com relação aos demais quesitos, mas funciona como "trava". A Proposta deve ser atualizada constantemente, deve atender aos critérios e estar fundamentada nos princípios da Área.

A importância da avaliação da **PRODUÇÃO INTELECTUAL** do Programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. Importante destacar que a produção intelectual pode ser subdividida em dois itens independentes, (i) a produção Bibliográfica (artigos em periódicos, livros e capítulos, e trabalhos completos em anais de eventos qualificados), e a Produção Educacional/Técnica (produtos e processos educacionais diversos). É relevante a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a Área de Ensino um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Discente. Também é valorizada a produção conjunta dos docentes nos PPG, sendo possível a consideração de dois índices de produção em periódicos, um que leva em conta o número absoluto de artigos do programa e outro que considera a coautoria entre docentes do programa, para estimular a visão interdisciplinar dos problemas tratados.

Tabela 7: Síntese da pontuação de produção bibliográfica e técnica

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA								
Artigos em periódicos								
Estrato	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	Obs
pontos	100	85	70	55	40	25	10	Sem limites
Livros avaliados								
Estrato	L1	L2	L3	L4	NC			Obs:
pontos	10	25	50	75	0			Sem limites
Capítulos em livros avaliados								
Estrato	C1	C2	C3	C4	NC			Obs:
pontos	5	12,5	25	37,5	0			Com limites#
Trabalhos completos em anais de eventos (com mais de 5 páginas e em site aberto)								
Estrato	E1	E2	E3	E4	NC			Obs:
pontos	5	10	15	20	0			Com limites##
PRODUÇÃO TÉCNICA*								
Produtos educacionais avaliados para Mestrados Profissionais (2017)								
Estrato	Edu1	Edu2	Edu3	Edu4	Edu5			Obs:
pontos	100	85	60	40	15			Sem limites
Produtos técnicos-educacionais avaliados para Programas Acadêmicos (2013 e 2017)								
Estrato	T1	T2	T3					Obs:
pontos	1	5	10					Com limites##

* Serviços técnicos não pontuam; # - máximo 2 capítulos por autor por obra; ## máximo de 3 vezes o número de trabalhos completos em anais de eventos relativamente ao número de artigos em periódicos.

A produção intelectual qualificada também impacta indiretamente nos indicadores dos Quesitos Corpo Discente e Corpo Docente e os detalhes, critérios e metodologias de estratificação estão descritos nos documentos específicos (Qualis) de cada tipo de produtos, sejam artigos em periódicos científicos, livros, capítulos, trabalhos completos em anais de eventos e produtos educacionais. Alguns produtos são avaliados em sua totalidade (sem limite), para cada programa e para toda a Área, enquanto outros são avaliados com uma limitação absoluta ou percentual, conforme descrito nos respectivos documentos Qualis.

O indicador "pontos por docente permanente por ano" é dos mais importantes, e é atualizado a cada processo de avaliação. No quadriênio 2009-2012 foram utilizados os indicadores descritos na Tabela 8, que serão atualizados após a avaliação quadrienal de 2017.

Tabela 8: Pontuação na produção conjunta bibliografica e técnica: característica da média dos programas avaliados em 2013 (DP= docente permanente)

	PROGRAMAS ACADÊMICOS	PROGRAMAS PROFISSIONAIS
PROGRAMAS NOTA 3	170 PONTOS/DP/ANO	40 PONTOS/DP/ANO
PROGRAMAS NOTA 4	230 PONTOS/DP/ANO	120 PONTOS/DP/ANO
PROGRAMAS NOTA 5	290 PONTOS/DP/ANO	150 PONTOS/DP/ANO

O principal produto da Pós-Graduação é a formação **DISCENTE**. Uma medida do desempenho pleno do corpo discente repousa na coautoria em produções de maior qualidade, como artigos publicados em periódicos bem avaliados pelo Qualis, livros e capítulos de livros, produção educacional e trabalhos completos em eventos, todos qualificados nos melhores estratos na Área. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram com a participação discente explícita. Por essa razão, consideram-se, para fins de avaliação da produção intelectual do programa, os trabalhos gerados por egressos até cinco anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses ou dissertações. Além disso, considera-se a participação discente em eventos científicos relevante para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto de pesquisa, entre outros fatores.

A coautoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo Programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de Pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos, por conseguinte, é um item da avaliação dos programas de Pós-Graduação.

A composição do corpo docente dos PPG, considerando Permanentes, Colaboradores e Visitantes e eventuais modificações decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, sendo objeto de avaliação pela Área.

A atuação de docentes permanentes em até três programas é admitida, mas essa não deve ser a situação da maioria dos docentes de um Programa. A situação de cada

docente de um programa em outros programas de Pós-graduação é verificada nos Cadernos de Indicadores. Indicadores referentes a essas considerações são calculados nos respectivos itens da Ficha de Avaliação.

Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. O tempo mínimo de dedicação de cada docente ao Programa deve ser de 10 horas semanais, incluindo as atividades relacionadas pesquisa, docência e orientação. O número mínimo de discentes por docente é indicador importante do compromisso com programa, e de sua eficiência. Docentes com baixo número de alunos só se justificam em situações relativas a recém-doutores sem experiência em orientação e novatos no Programa; docentes que se afastaram para estágio sênior ou pós-doutoramento no período considerado; docentes com carga horária requisitada fortemente em atividades de gestão acadêmico-administrativa. Quanto ao número máximo de discentes por docente permanente, mesmo que hoje a CAPES não defina limite máximo, a Área valoriza quando não se ultrapassa 10 alunos/DP/ano. Por outro lado, é muito relevante que os orientadores demonstrem capacidade de captação de recursos, produtividade científica elevada, tempo adequado de titulação dos formandos, e possua infraestrutura compatível ao desenvolvimento das atividades propostas. Tais condições podem justificar eventuais aumentos de número de discentes por docente permanente no Programa.

O Quesito 5 da avaliação, **INSERÇÃO SOCIAL**, deve ser conceituado especialmente em termos de impacto educacional e social. Aqui deve ser incluído o impacto dos egressos, mantidos nesse status de "egresso" por 5 anos após a titulação no Programa. Deve-se diferenciar bem que a inserção social não se refere à produção, mas a ações na sociedade, tais como: cursos e projetos de extensão, cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização; feiras de ciência, gincanas, atividades não formais; construção / execução de políticas públicas; redução do gasto público e benefício direto a população ou organização de sociedade. Particularmente importante será a orientação de onde e como explicitar tais itens na plataforma Lattes e sua correspondente integração na plataforma Sucupira. A inserção social dos trabalhos desenvolvidos pelos egressos deve ser considerada.

d. Considerações e propostas advindas dos SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

No quadriênio 2013-2016, foram realizados dois Seminários de Acompanhamento dos Programas, em 2014 e 2015, dando sequência ao formato presencial que substituiu o processo anterior de avaliação anual continuada. A dinâmica foi bem avaliada e prevê-se a realização periódica dessa modalidade de interação entre os PPG, na CAPES. Com um caráter integrador, reflexivo e propositivo, os Seminários constituem em espaços de exposição da evolução dos Programas, problemas, desafios e oportunidades da Área, pontos fortes e fracos. Sistematizam sugestões à CAPES, à coordenação de Área, aos colegas e às Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-graduação. Os dados são compilados e disponibilizados na página da CAPES na forma de relatórios e a coordenação da Área procede aos encaminhamentos cabíveis. Os seminários possibilitam avaliar o estágio atual dos PPG, atualizar informações, análises comparativas e troca de experiências. A dinâmica de reunião em Grupos de Trabalho é adotada, segundo a pauta do Seminário, e as discussões plenárias sistematizam as conclusões. São esclarecidas questões relacionadas aos critérios gerais de avaliação da Área, discute-se e propõe-se a melhora desses critérios. Foi no 2º Seminário da Área que surgiu o GT para tratar do problema de bolsas para os PPG de Mestrado Profissional em Ensino, buscando-se equidade com os Mestrados Profissionais em Rede Nacional. Também foi composto o GT para tratar da maior visibilidade da produção técnica e acadêmica da Área.

As questões discutidas nos Seminários são analisadas pela Coordenação da Área e, quando pertinentes, servem de diretrizes no estabelecimento de critérios para o Qualis Periódicos e para a avaliação das demais produções. Várias sugestões também dadas por Comissões de Área chamadas para trabalhos de avaliação de Propostas de Cursos Novos e para classificação de revistas nos estratos nortearam o aperfeiçoamento do Qualis Periódicos e da classificação de livros. Estas são algumas propostas gerais debatidas nessas reuniões, com encaminhamentos:

- A busca de solução para a carência de bolsas nos Mestrados Profissionais.
- A melhoria do sistema de coleta de informações da Plataforma Sucupira.
- Adoção de três eixos estruturantes para maior visibilidade da Área: (i) Ensino na educação básica, superior e em espaços não formais; (ii) Formação de professores; (iii) Ensino, saúde, ambiente, ciência, tecnologia e formação profissional.

- Eventuais erros de classificação de periódicos no Qualis Ensino e discrepâncias em relação aos critérios discutidos e divulgados na página da CAPES podem ser apontados por coordenadores e docentes dos PPG. As correções pertinentes são feitas pela coordenação de Área, antes da inserção e chancela do Qualis.
- A separação das avaliações entre Programas Acadêmicos e Profissionais deve ser mantida, com calendários distintos de submissão de propostas de cursos novos, comissões distintas de avaliação, consultores do campo profissional em análise, fichas de avaliação distintas e com pesos diferenciados entre as duas modalidades.
- Alternativas para a existência de recursos financeiros disponíveis às IES/PPG devem ser buscadas, inclusive ampliando a interlocução com a CAPES - Educação Básica, no sentido de articular melhor os PPG para a aplicação integrada de propostas nos diferentes editais, bem como para a melhor divulgação das oportunidades de fomento aplicáveis às pesquisas na Área.
- O compromisso social da Área (e o quesito Inserção Social) deve ser assumido e estará intimamente vinculado à articulação pesquisa-extensão; a visibilidade da produção da Área será consequência deste compromisso.
- Comissões de Consultores devem ser compostas e convidadas para dar encaminhamento a propostas e para aprofundar e aperfeiçoar processos de avaliação, cooperação e integração.
- Principais demandas a serem consideradas: bolsas para MP, flexibilidade, apoio para mobilidade docente e discente, suporte a infraestrutura, integração de Tecnologias de Informação entre PPG da Área.

Outro aspecto destacado no quadriênio 2013-2016 foi a realização de alguns Seminários Regionais de Programas, bem como de 2 Seminários Nacionais de Mestrado Profissional da Área de Ensino. Verifica-se importante carência de Doutorados em Ensino nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, sendo a iniciativa da Rede Amazônica de Matemática e Ensino de Ciências (rede REAMEC) a mais importante já construída pela Área para ampliar a formação de doutores na região da Amazônia Legal. "A Carta de Rio Branco" (no relatório do Seminário de 2015), fruto do 1º Seminário Regional Norte dos Programas da Área de Ensino em julho de 2014, foi um dos documentos-base adotados no Seminário Nacional de 2015. No Rio de Janeiro foi realizado o 1º Seminário de Programas do Estado do Rio de Janeiro, em 2016. Os trabalhos desenvolvidos no I e no II Seminários Nacionais dos Mestrados Profissionais da Área de Ensino, realizados em

Goiânia e em Salvador em 2015 e 2016, respectivamente, (presente no Relatório do Seminário de 2015) também acumularam experiências para os debates da Área.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	60%	Avalia-se qualitativamente a coerência e atualidade da Proposta do Programa. O Título do curso deve ser compatível com sua(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa, alinhado à experiência profissional de seu corpo docente; Deve haver: Clareza nos objetivos centrais do programa, explicitando as temáticas que conduzem à proposta, como se contextualizam no âmbito da Área de Ensino; qual sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob a ótica do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação – a proposta deve ser interessante para o país, antes de ser interessante para a instituição e seus docentes; Explicitação do perfil esperado para o egresso e expectativas para sua inserção no mercado de trabalho, a partir da titulação obtida no programa, expondo a visão do programa sobre o contexto de trabalho dos egressos; Número de vagas oferecidas e avaliação da demanda regional ou nacional de mercado de trabalho para os egressos; Articulação coerente das ênfases do curso com sua(s) área (s) de concentração, e destas com as linhas e projetos de pesquisa, que dão sustentação ao desenvolvimento de pesquisas e dissertações, publicações e produtos gerados no programa; os projetos considerados são "do programa", e devem ser descritos com

		ementas de “macroprojetos” que não se confundam com projetos individuais dos docentes ou discentes, de modo a sustentar o escopo de produção de conhecimentos previsto nos objetivos do programa; assim, uma área de concentração poderá ter duas ou três linhas de pesquisa, e cada linha deverá ter um número reduzido de projetos, abrangentes o suficiente para integrar diversos docentes e discentes; preferencialmente, os projetos do programa devem vincular mais de um docente ou grupo de pesquisa, de modo a poder gerar convergência de produtos acadêmicos e técnicos; Matriz curricular composta por um conjunto coerente de disciplinas de natureza pedagógica que preparem o profissional para o ensino atualizado do tema em questão e que deem sustentação às áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa, de maneira a possibilitar uma sólida formação de recursos humanos de alto nível, no escopo da proposta; Disciplinas contendo: ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático, compatível com a carga horária prevista para cada disciplina; referências atualizadas essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e teóricas dos temas quanto as suas atualizações; As atividades complementares previstas na estrutura curricular do curso são incentivadas e devem ser explicitadas. A organização acadêmico-administrativa do programa deve possuir independência de outras estruturas, em termos de autonomia e possibilidade de atendimento à natureza e especificidades do curso. A coordenação do curso deve ficar preferencialmente a cargo de profissionais escolhidos entre os mais experientes, ou seja, com lastro acadêmico e científico condizente com a função e experiência em orientação na Área.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à	30%	Analisa-se a síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Sua proposta deve ser adequada às necessidades regionais, nacionais e internacionais. O Programa deve explicitar os meios que pretende adotar para enfrentar os desafios da Área e atingir seus objetivos

inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.		atuais e futuros. Deve desenvolver efetivamente uma política sistemática de avaliação e (re)credenciamento de docentes, assim como de formação e capacitação de docentes (apoio à participação em eventos, à pesquisa, ao pós-doutorado). Seguindo o determinado pelas Portarias CAPES nº 81/2016, as modificações na composição do corpo docente, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, deverão ser apresentadas e justificadas. Valoriza-se a existência de política de acompanhamento de egressos.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10%	A infraestrutura disponibilizada ao ensino, pesquisa e extensão deve ser compatível com a dimensão do programa. Devem ser garantidas instalações para a parte administrativa, gabinetes para docentes, salas de reuniões, instalações para a coordenação do curso, auditório e/ou sala de conferências, laboratórios e instalações sanitárias adequadas. É importante, ainda, a garantia de condições de acesso à portadores de necessidades especiais. Em caso de pesquisas envolvendo atividades experimentais, a instituição deve assegurar laboratórios específicos associados às linhas de pesquisa do programa. As bibliotecas devem ter acervo adequado às atividades docentes da aÁrea e acesso à rede mundial de computadores e ao portal de periódicos CAPES.
2 – Corpo Docente	**15%**	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	São observados: a estabilidade, integração e maturidade acadêmico-científica da equipe; a diversidade de instituições de formação, titulação e produção dos docentes permanentes; o grau de compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa; a porcentagem de docentes em atividades de aprimoramento (pós-doutorado, eventos qualificados na área etc.). O corpo docente permanente deverá ter adequada produção intelectual (bibliográfica/técnica) na Área de Ensino, expressa em periódicos e outros. Valoriza-se também as participações no exterior (estágios e eventos), o desenvolvimento de pós-doutorado de docentes no exterior, e os projetos

		colaborativos no exterior, com bônus (em valoração de pontos) para Programas que promovam mobilidade internacional de discentes e docentes.”
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	35%	São observados: o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes, que devem respeitar as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº 81/2016; a distribuição do corpo docente pelas linhas de pesquisa e matriz curricular e pelas áreas de concentração do Programa; A Área valoriza programas compostos com um mínimo de 10 docentes permanentes, mas considera situações especiais que favoreçam a desconcentração regional de PPG, respeitando-se o mínimo de 8 DP estabelecido pela CAPES para o conjunto das Áreas; e recomenda que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição, com no mínimo 10 horas semanais dedicadas às atividades do programa, que incluem ensino, pesquisa e orientação. O número máximo de orientandos por docente permanente não é mais regulado pela CAPES, mas um número elevado de orientandos (>10) por docente pode prejudicar a qualidade da orientação, com prejuízos na formação discente, ao mesmo tempo em que pode tornar o docente, com número excessivo de orientandos, pouco disponível para outras atividades, penalizando, também, a gestão e as demais atividades do programa. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos de agências de fomento; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos para o Ensino. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa. - No caso de Programas com mais de 20 docentes será admitida a ampliação para até

		40% de docentes colaboradores sem prejuízos na avaliação.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	O corpo docente permanente deverá estar engajado de forma equilibrada em grupos de pesquisa e ser responsável ou colaborador em projetos de pesquisa com financiamento de órgãos de fomento nacionais ou internacionais. Deve haver um equilíbrio também na distribuição de atividades de ensino, pesquisa e orientação entre os docentes permanentes. Todos os docentes permanentes do programa devem estar envolvidos em atividades de pesquisa e ter experiência em pesquisa e orientação.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	15%	Avalia-se a contribuição dos docentes permanentes para a graduação, sem prejuízo da dedicação às atividades do programa; o número de docentes permanentes que atuam na graduação; a participação discente de graduandos nos projetos e na produção do programa; a existência de fomento institucional à pesquisa e a orientação de bolsistas de extensão, iniciação científica ou tecnológica, orientação de monografias, estágios supervisionados e trabalhos de conclusão de curso por docentes permanentes do programa. Deve haver um equilíbrio entre essas atividades. Considera-se também o envolvimento do corpo docente em atividades como: participação em comissões de avaliação e diretorias de associações nacionais e internacionais, comitês editoriais de periódicos qualificados, comissões científicas e organizadoras de eventos regionais, nacionais e internacionais, consultoria ad hoc a órgãos de pesquisa e fomento etc.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	**35%**	
3.1. Quantidade de **teses e dissertações defendidas** no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	Considera-se a capacidade do programa de titular mestres e doutores levando em conta a relação entre os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período (dimensão do corpo discente) e o número de docentes permanentes. O item é composto de 3 indicadores: (i) o número de dissertações de mestrados defendidas somadas a duas vezes o número de teses de doutorado defendidas em relação ao total de docentes permanentes do programa. (ii) a relação entre

		o número de orientadores com 2 a 10 orientandos em relação ao número total de docentes permanentes; (iii) relação entre o número de titulados orientados pelos docentes permanentes em relação ao total de titulados no periodo. Cada docente deve ter no mínimo um orientando (matriculado ou titulado) no período da avaliação, com recomendação de aumento, de modo a potencializar a capacidade de orientação dos Programas.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	10%	Deverá haver equilíbrio na distribuição das orientações de teses e dissertações, de forma a avaliar as titulações em relação ao total de docentes do programa. O item é composto de 2 indicadores: (i) a distribuição de defesas por orientador do corpo docente; (ii) a relação entre o número de orientadores com 2 a 10 teses e dissertações defendidas no período e o total de orientadores (todos os docentes).
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	40 %	Deverá ser observada a relação das temáticas das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa e com a produção bibliográfica e técnica dos discentes. Valoriza-se a qualificação das bancas examinadoras em termos de experiência dos avaliadores e de pertinência de suas formações à temática avaliadas, evitando bancas endogênicas. O item é composto de 4 indicadores: (i) a relação das temáticas das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa; (ii) composição das bancas (todos os membros doutores, com membros externos ao programa sendo pelo menos um para mestrado, e pelo menos dois para doutorado); (iii) a relação entre o número de discentes autores e o total de discentes; (iv) a relação entre o número total de produção bibliográfica e técnica de discentes e egressos em relação ao total de discentes
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20%	Considera-se o tempo médio de titulação de mestres e doutores, especialmente dos bolsistas. O item é composto de 5 indicadores: (i) o tempo médio de titulação de mestrado; (ii) tempo médio de titulação do doutorado; (iii) o tempo médio de titulação de bolsistas de Mestrado; (iv) o tempo médio de titulação de bolsistas de Doutorado; (v) a porcentagem de bolsistas de mestrado que

		defendem em até 30 meses e de doutorado em até 54 meses em relação ao total de bolsistas.
4 – Produção Intelectual	**35%**	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	A produção intelectual do programa terá por base a média da produção qualificada em periódicos e trabalhos completos publicados em anais, livros e capítulos de livros do corpo docente permanente. O item é composto de 3 indicadores: (i) a produção qualificada em periódicos de docentes do corpo docente permanente, expressa em pontos/DP/ano, considerando-se a média do quadriênio; (ii) a produção em trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros de docentes do corpo docente permanente, segundo a classificação nos estratos que qualificam livros e eventos, com um máximo de 3 vezes para o número de trabalhos em eventos em relação ao número de artigos publicados; (iii) a produção qualificada não centralizada em veículos da própria instituição.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Neste item será computado o percentual de docentes que publicaram em periódicos nos diferentes estratos do Qualis. Será avaliado o perfil das publicações do quadro docente de cada programa, no que diz respeito à distribuição, pelos docentes, verificando se não há concentração excessiva. Será também verificado no quadro docente se há pesquisadores sem publicações em periódicos classificados em algum dos estratos do Qualis, e/ou sem publicações nos estratos Qualis A1, A2 e B1. O item é composto de 2 indicadores: (i) a porcentagem de docentes permanentes com, pelos menos duas (no caso de programas com doutorado) ou uma (programas com mestrado) publicações em periódicos Qualis A ou B1, em relação ao total de docentes permanentes; (ii) a porcentagem de docentes com, pelos menos uma (programas com mestrado) ou duas (no caso de programas com doutorado) outras publicações (livro, capítulo de livro, trabalhos completos em anais de eventos) em relação ao total de docentes permanentes.
4.3. Produção técnica, patentes e outras	20%	O corpo docente permanente deverá manter a sua produção técnica, mídias educacionais

produções consideradas relevantes.		e outros, segundo descrito no Qualis-Educacional/Técnico. A pontuação da produção educacional nos programas acadêmicos será feita conforme a metodologia praticada na avaliação de 2013, para efeito de comparação da evolução do percentual de pontuação em produção bibliográfica e técnica. Tal procedimento considera a atricuição de 5 ou 10 pontos segundo as categorias dos produtos educacionais registrados, como descrito no documento de classificação de produtos educacionais.
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0%	A produção artística é considerada como produção técnica educacional
5 – Inserção Social	**15 %**	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	A inserção do programa, em nível regional ou nacional, deverá ser analisada em pelo menos duas vertentes: (i) o impacto educacional e social (produção de material didático, parcerias com as redes, formação de profissionais para os sistemas de ensino, assessorias, projetos de extensão, divulgação científica etc.); e (ii) o impacto científico e tecnológico (participação em atividades científicas, organização de eventos, criação de produtos e processos tecnológicos etc.). Essas atividades são importantes para a área e deverão ser minuciosamente elencadas na parte descritiva dos relatórios dos programas. Têm especial relevância neste quesito as atividades de extensão realizadas pelos docentes e discentes. Diferentes dimensões de impacto poderão ser destacadas: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional. (a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil. (b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento

		de propostas inovadoras de ensino; (c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos; (d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta; (e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde; (f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento; (g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores; (h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional; (i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense; (j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	35%	Consideram-se aqui as atividades, projetos e convênios nacionais e internacionais firmados pelos docentes do programa, visando à integração, cooperação e internacionalização da pesquisa e da produção na área. Neste item devem ser valorizados os projetos de maior duração e impacto. Serão considerados projetos tais como: PIBID, PROCAD, PRODOC, Minter/Dinter, e outros. O item é avaliado qualitativamente com apenas 1 componente.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada	20%	O item é composto de 2 indicadores: (i) Existência de página web com informações

pelo programa a sua atuação.		básicas do programa (sua proposta e estrutura; linha e grupos de pesquisa; regulamento, processo seletivo, financiamentos, convênios e intercâmbios em funcionamento; produção bibliográfica dos grupos e dos corpos docente e discente etc.); (ii) a possibilidade de acesso digital integral das teses e dissertações defendidas no programa.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	50%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do Ensino, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional. Devem estar claros os objetivos, o perfil do público alvo, a demanda social relativa à Educação Básica ou a formação de formadores nos diversos campos do escopo da Área de Ensino, tal como descrito no documento de Área, e a atuação do egresso.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional,	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na

regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.		melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2 – Corpo Docente	**15%**	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	**-** Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação educacional. O desenvolvimento da Área permite que se valorize a composição do corpo docente permanente exclusivamente com doutores - Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional. Verifica-se a formação diversificada dos docentes, quanto aos ambientes e às instituições e valoriza-se os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições e efetiva atuação em inovação. Avalia-se, sempre que pertinente ao PPG, experiências e resultados profissionais relevantes, projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	20%	**-** Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. A Área valoriza programas compostos com um mínimo de 10 docentes permanentes, e que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes. Verifica-se se o PPG tem base sólida em seu núcleo de docentes permanentes e aponta-se quando há excessiva dependência de professores colaboradores ou visitantes, definindo o que é “excessivo”. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, comprovando um mínimo de 10 horas semanais

		e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial. O número máximo de orientandos por docente não é limitado, mas a Área recomenda que não ultrapasse 10 sem uma justificativa plausível. O número mínimo de orientandos por docente deve ser um, com recomendação de avanço até 4, de modo a potencializar a capacidade de orientação dos Programas.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes. Considera-se, na distribuição, o envolvimento em atividades de graduação, se pertinente.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	Avalia-se a contribuição dos docentes permanentes para a graduação, sem prejuízo da dedicação às atividades do programa; o número de docentes permanentes que atuam na graduação; a participação discente de graduandos nos projetos e na produção do programa; a existência de fomento institucional à pesquisa e a orientação de bolsistas de extensão, iniciação científica ou tecnológica, orientação de monografias, estágios supervisionados e trabalhos de conclusão de curso por docentes permanentes do programa. Deve haver um equilíbrio entre essas atividades. Considera-se o envolvimento do corpo docente em atividades como: participação em comissões de avaliação e diretorias de associações nacionais e internacionais, comitês editoriais de periódicos qualificados, comissões científicas e organizadoras de eventos regionais, nacionais e internacionais, consultoria ad hoc a órgãos de pesquisa e fomento etc.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	35%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. Examinar também a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi

		objeto de publicação, dos alunos e egressos. A Área recomenda que os trabalhos gerem produções intelectuais relacionadas aos seus resultados. Isso pode, ou não, envolver produção científica mais qualificada, mas a produção técnica com efetiva participação do discente é altamente valorizada. A produção pode ocorrer antes, ou algum tempo depois da defesa, por isto devem ser consideradas conjuntamente a produção discente e a produção do egresso, num prazo de cinco anos. Considera-se que não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a natureza bastante diferenciada do Mestrado Profissional, podendo haver situações de sigilo. Em casos dessa natureza relacionados ao trabalho de conclusão, recomenda-se o fornecimento dessas informações na parte textual do relatório Coleta para explicitação à Comissão de Área. Quanto à produção técnica, considera-se que a ação de "publicação" está relacionada com a importância da divulgação, disseminação de conhecimento, acesso, inovação e evolução. Portanto, os trabalhos são avaliados conforme a estrutura de produção científica e técnica, destacando a pontuação para produção técnica como descrito no documento de Área. Devem ser especialmente valorizados trabalhos que possam ser aplicados na Educação Básica, bem como os apresentados em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) ou veiculados em periódicos técnicos, com expressiva circulação.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	25%	**-** Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc. Examina-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto à respectiva organização em que atua o mestrando. É importante que o trabalho de conclusão gere aplicação dos seus resultados. Devem ser informados na parte textual do relatório - Coleta os principais impactos produzidos, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos ou qualitativos, tipo "antes/depois". A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas seria relevante existir a intenção de aplicação por parte da organização. Recomenda-se que a Comissão de Área receba

		informações sobre os trabalhos de conclusão e sobre a atuação do egresso, durante pelo menos cinco anos após sua titulação, com disponibilização dos dados na parte textual do relatório, de maneira objetiva, destacando-se em que condições ele foi aplicado. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, por que, e com que resultados
4 – Produção Intelectual	**30%**	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20%	- Examinar o número total de publicações do programa no quadriênio, em número total e em pontos atribuídos a cada estrato (A1 a B5). Avalia-se o número total de publicações dos docentes permanentes do PPG no quadriênio com base no Qualis da Área. Cada produção deve ser contabilizada apenas uma vez no programa, mesmo que tenha a autoria de mais de um docente.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	40%	- Examinar a produção educacional/técnica dos docentes permanentes, em relação ao quantitativo de docentes (permanentes ou total de docentes). Este item foi estruturado e pontuado com base nos seguintes tópicos: (i) Desenvolvimento de material educacional: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual (livros didáticos ou paradidáticos e outros); materiais interativos; atividades de extensão (cursos, oficinas e outros); desenvolvimento de aplicativos. Esses materiais serão classificados em 5 estratos de qualidade segundo os critérios apresentados no documento de Classificação da Produção Educacional/Técnica; Serão avaliados somente os produtos educacionais declarados na Plataforma Sucupira que possuam uma url própria, estando em acordo com a política de visibilidade prevista para as dissertações, teses e produtos educacionais gerados na Área. Os produtos devem ser registrados preferencialmente em formato digital (pdf ou outro) e estar com link disponível no sitio internet da instituição; (ii) Desenvolvimento de outros produtos técnicos educacionais como: editoria, posfácio, prefácio/apresentação, editorial, livros didáticos ou paradidáticos, tradução de obras, patentes, organização de eventos, artigos em revistas de divulgação

		científica, não classificados, e com pontuação fixa; (iii) Prestação de Serviços técnicos, não pontuados, tais como apresentação de trabalho, outros produtos registrados e serviços técnicos como consultoria, assessoria, parecer, serviço na área de saúde, auditoria. - Este tópico é relevante no sentido de resgatar uma das características do Mestrado Profissional, relacionada ao atendimento da demanda da sociedade.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa. Neste item será examinada a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa. Será avaliado o perfil das publicações do quadro docente de cada PPG, no que diz respeito à distribuição, pelos docentes, verificando se não há concentração excessiva. Será computada a relação entre o número de docentes que publicaram nos diversos estratos de periódicos, livros/ capítulos, Anais de Eventos e produtos educacionais, e o número total de docentes permanentes.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa. Avalia-se como o PPG transferiu seus resultados de pesquisa para a sociedade, e em que grau as "publicações qualificadas do programa" estão relacionadas com a produção técnica (efetuando-se ponderação conforme visão da Área, com base no conjunto de estratos de cada tipo de produção). Também se considera que as "Publicações qualificadas" do corpo docente em períodos anteriores podem ainda estar gerando resultados diretos para a sociedade na forma de produção técnica.
5 – Inserção Social	**25%**	
5.1. Impacto do Programa.	40%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil;

		- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (dimensões: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional. a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil. b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos. d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta. e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde. f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento. g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores. h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.

		i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense. j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	- Examinar: a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/ instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	**-** Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas

		profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2° da Portaria CAPES nº 13/2006).

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

a. Descrição do grau de internacionalização da área

A internacionalização das atividades dos PPG é um aspecto muito importante que se reflete na qualidade da produção e na formação dos estudantes. PPG com qualquer conceito podem e devem buscar inserção internacional, ainda que não se espere que todos os PPG atuem em todos os eixos de internacionalização. A internacionalização da produção acadêmica brasileira se reflete claramente em bases de dados internacionais indexadas. A estratificação da produção indexada dos países por área de conhecimento na base SCImago evidencia que, em sua produção total de artigos, o Brasil é o 15º país do "ranking" internacional. Para o campo de produção de conhecimento correspondente a "Educação/Ensino" ("Education") o Brasil tem melhor desempenho, na 8ª colocação, com 2.725 artigos pelos dados de 1996 a 2001, evidenciando uma produção internacionalizada. No quadriênio 2013-2016, acompanhando a expansão da Área em termos de novos cursos e programas, há a expectativa de que a avaliação evidencie a ampliação da internacionalização de diversos Programas. Por isso, tanto para avaliar o novo momento, como para orientar os PPG para o futuro, cabem as definições abaixo:

Internacionalização para a Área de Ensino significa: (i) Produção científica qualificada (Qualis A1-B1) com inserção internacional, e/ou (ii) Inserção internacional: interação, cooperação e integração com centros internacionais; e/ou (iii) Presença internacional: participação e expressão internacional de docentes e discentes em eventos e atividades

relevantes para a Área; e/ou (iv) Desempenho equivalente aos de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos para o Ensino.

O Seminário de Área de 2015 recomendou que se proceda à valorização maior da cooperação internacional nos Quesitos 2 e 3 (docentes e discentes) e não apenas no Quesito 5, com um indicador de percentual de discentes estrangeiros, de discentes com participações no exterior (estágios e eventos), de docentes com pós-doutorado e com projetos colaborativos no exterior, e criação de bônus (em valoração de pontos) para Programas que promovam mobilidade internacional de discentes e docentes.

1. Produção científica qualificada com inserção internacional, considerando os seguintes aspectos:

a) Produção intelectual docente com predomínio de publicação em veículos indexados internacionalmente nas bases ISI/Scopus, (Qualis-periódicos A1, A2, B1 e B2); publicação de livros ou capítulos de livros em língua estrangeira e distribuição internacional; publicação de trabalhos completos em Anais de eventos internacionais de interesse para a pesquisa na Área

b) Co-autorias com autor/equipe estrangeiros em publicações qualificadas

2. Inserção internacional: interação, cooperação e integração com centros internacionais, considerando os seguintes aspectos:

a) proporção significativa de docentes com estágio pós-doutoral em IES ou centros de pesquisa estrangeiros; proporção significativa de docentes com atividade internacional: participando como visitantes em programas de IES ou centros de pesquisa estrangeiros; participando de bancas e Comitês de Avaliação no exterior; e realizando consultorias a organismos internacionais;

b) intercâmbio de docentes e discentes com IES estrangeiras, expresso em bolsas de pós-doutoramento para docentes, bolsas sanduíches para doutorandos, bolsas do programa Ciência Sem Fronteiras em qualquer nível;

c) parcerias e projetos de pesquisa com equipes internacionais firmadas no quadriênio e intercâmbios de pesquisa e de formação docente;

d) convênios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;

e) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho;

3. Presença internacional: participação e expressão internacional de docentes e discentes em eventos e atividades relevantes para a Área, considerando os seguintes aspectos:

a) proporção significativa de docentes e discentes participando de conferências, palestras e mesas-redondas no exterior, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a área;

b) proporção significativa de docentes participando com trabalhos escritos e arbitrados em eventos internacionais qualificados;

c) proporção significativa de docentes participando por convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos internacionais relevantes na Área;

d) prêmios de reconhecimento ou destaque de nível internacional (com láurea e/ou como participação em júris internacionais);

e) Participações em diretorias, sociedades e programas internacionais;

f) Participações em redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;

g) Participações em corpos diretivos em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área;

h) participação dos docentes dos PPG em comitês editoriais e na arbitragem de artigos e editoria de periódicos internacionais qualificados;

i) Assessorias ad hoc em revistas científicas de circulação internacional;

j) Assessorias a agências de fomento internacionais;

4. Desempenho equivalente aos de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos para o Ensino, considerando os seguintes aspectos:

a) docentes obtendo financiamento com fundos internacionais, projetos conjuntos e desenvolvendo cotutela de Teses;

b) atração e orientação de alunos de origem estrangeira.

c) reciprocidade na ida e vinda de professores/equipes estrangeiros no quadriênio para oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino: atuação de docentes em programas estrangeiros na qualidade de professores visitantes, e de pesquisadores estrangeiros nos programas no Brasil. Nesta modalidade, ganham destaque os cursos de curta duração oferecidos nos PPG;

NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO, CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS CRITÉRIOS DA ÁREA PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7 .

As **notas 6 e 7** serão reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos MB em **todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação
- **Nota 6**: predomínio de conceito MB nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito B em alguns itens.
- **Nota 7**: Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.

Assim os Programas notas 6 e 7 seguem critérios de alta qualificação, desempenho e de liderança nacional ou internacional do Programa, devendo apresentar clara diferenciação em relação aos demais programas da Área.

Os diferenciais de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional do programa envolvem: (i) Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos pós-graduados; (ii) Consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação; e (iii) Inserção e impacto regional e nacional do Programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade e transparência dadas à sua atuação.

(i) Desempenho equivalente a centros internacionais de excelência: a distinção entre 6 e 7, caso ocorram, será avaliada pela extensão com que os programas atingem os 4 itens que definem internacionalização, em particular quanto ao desempenho na produção cientifica, a saber;

a) Nota 6: Produção intelectual do Programa com predomínio de publicação em veículos A1 a B1 do Qualis-periódicos; Essa faixa se deve ao fato da Área introduzir artigos em revistas multidisciplinares apenas a partir do estrato A2, e em revistas disciplinares afins com o ensino apenas a partir do estrato B1.

b) Nota 7: Produção intelectual do Programa com predomínio de publicação em veículos A1 a A2 do Qualis-periódicos.

(ii) Consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação, considerando os seguintes aspectos:

a) Nível de consolidação na formação de doutores, considerada a relação entre a contribuição do programa para a pesquisa e a utilização dessa competência para a formação de recursos humanos de alto nível;

b) Contribuição para a nucleação de grupos de pesquisa ou de outros PPG no Brasil, a partir da formação de doutores egressos que desempenham papel significativo em outros grupos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos (porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores), ou ainda de docentes associados ao Programa adquirindo a necessária experiência de orientação para compor corpo docente em outro PPG;

c) percentual de docentes bolsistas CNPq de produtividade nível 1 e 2;

d) atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;

e) proporção significativa de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES e de agências de fomento nacionais e internacionais;

d) premiações nacionais e internacionais para dissertações e teses;

e) premiações nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;

f) proporção significativa de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais;

g) participação de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional na Área associada ao PPG, em especial da educação, saúde e ciência e tecnologia.

(iii) Inserção e impacto regional e nacional do Programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação e visibilidade e transparência dadas à sua atuação, considerando os seguintes itens:

a) formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores;

b) o potencial de atração de projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares;

c) o potencial de atração para doutorados sanduíches com alunos brasileiros ou estrangeiros;

d) intercâmbio com outros programas (Minter, Dinter, PROCAD);

e) participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;

f) cooperação com programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não apresentam curso de pós-graduação stricto sensu, por meio de participação em disciplinas, seminários e oficinas em outros cursos de Pós-graduação; participação em cursos em associação ampla; parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.